

O Desmentido na Escuta Psicanalítica das dissidências sexuais e de gênero

The Denial in Psychoanalytical Listening to sexual and gender dissidences

Sabrina Sarmiento Hoppe¹

Resumo: O movimento psicanalítico contemporâneo em torno das dissidências sexuais e de gênero vem denunciando que a clínica pode tornar-se um dispositivo de violência quando calcada em uma escuta ainda patriarcal, colonial e cis-heteronormativa. Visando contribuir para a quebra de uma clínica violenta, este trabalho objetiva discutir sobre a ocorrência de desmentidos dentro da clínica psicanalítica na escuta destas identidades. Para tal, será examinada, a partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a relação entre o conceito de desmentido de Sándor Ferenczi e o não reconhecimento por parte do analista da “experiência LGBTQIA+”. Em suma, foi possível identificar que há uma confusão de línguas violenta e traumática entre a psicanálise e as dissidências sexuais e de gênero. Entende-se que o movimento da busca por “psi safe” passou a ocorrer por conta da negação, por parte de muitos analistas, das consequências biopolíticas e socioculturais que incidem sobre os analisandos que ocupam zonas de abjeção. Este descuido com a realidade traumática vivida pelo analisando torna o analista cúmplice da opressão, perpetuando-a dentro de seu consultório.

Palavras-chave: Desmentido; Dissidências sexuais e de gênero; Clínica psicanalítica.

Abstract: The contemporary psychoanalytic movement around sexual and gender dissidences has been denouncing that the clinic can become a device of violence when based on a still patriarchal, colonial, and cis-heteronormative listening. Aiming to contribute to the breaking of a violent clinic, this paper aims to discuss the occurrence of denials within the psychoanalytic clinic when listening to these identities. For such, the relationship between Sándor Ferenczi's concept of denial and the analyst's non-recognition of the “LGBTQIA+ experience” will be examined through a qualitative research. In sum, it was possible to identify that there is a violent and traumatic confusion of tongues between psychoanalysis and sexual and gender dissidences. It is understood that the movement of the search for “psy safe” has come to occur because of the denial, on the part of many analysts, of the biopolitical and sociocultural consequences that impinge on analysands who occupy zones of abjection. This neglect of the traumatic reality experienced by the analysand makes the analyst an accomplice of oppression, perpetuating it within his office.

Keywords: Denial; Sexual and gender dissidence; Psychoanalytic clinic.

¹ Estudante de Psicologia; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: sabrinashoppe@gmail.com

Introdução

O movimento psicanalítico contemporâneo em torno das dissidências sexuais e de gênero, face à muita resistência por parte de uma grande parcela da comunidade psicanalítica, vem denunciando que a clínica pode tornar-se um dispositivo de violência quando calcada em uma escuta ainda patriarcal, colonial e cis-heteronormativa (Drehmer & Barros-Falcão, 2019; Tajer, 2022). Compartilhando deste entendimento, este trabalho tem a pretensão de discutir sobre a ocorrência de desmentidos dentro da clínica psicanalítica na escuta das dissidências sexuais e de gênero.

O termo “dissidência” refere-se a ideia de uma não conformidade a algo, portanto, quando estamos falando em identidades dissidentes ou em dissidências sexuais e de gênero, falamos em produções de subjetividades sexuadas que são diversas e heterogêneas e que, portanto, fogem e desafiam à cis-heteronorma (Drehmer & Barros-Falcão, 2019). Considerando que vivemos em uma sociedade cujas marcas patriarcais, coloniais e cis-heteronormativas têm efeitos nocivos para a existência da comunidade LGBTQIA+ em todos os seus âmbitos, inclusive dentro da psicanálise, antes de discorrer sobre o ponto central deste trabalho, faz-se necessário refletir brevemente sobre o que concede ou nega um lugar de existência legítima para um sujeito, ou para um grupo social: o reconhecimento.

As construções teóricas foucaultianas relativas ao dispositivo da sexualidade, que teve sua expansão crescente a partir do século XVIII, desvelaram os processos de normalização das relações de gênero e dos corpos, de regulação de prazeres e de produções de verdades sobre o sexo, baseadas em relações de poder inicialmente disciplinares e posteriormente biopolíticas (Krawczak & Nielsson, 2018). Entende-se que este dispositivo funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder (Foucault, 1988). Cassal et al. (2011) caracterizaram esta estratégia de gerenciamento e de controle da produção de corpos, subjetividades e populações como potente e perversa, “Potente porque o poder avança cada vez mais fundo sobre os modos de existência; perverso porque produz formas de experimentação e vivência da sexualidade como ilegítimas, não para exterminá-las totalmente, mas sim para a manutenção das relações de poder” (p. 466).

A divisão radical entre os corpos masculinos e femininos, no início do século XIX, deu sequência à institucionalização da divisão binária dos gêneros, da heterossexualidade compulsória e de seus respectivos papéis sociais e lugares políticos. O biopoder surgiu como uma nova forma de organização da vida, disciplinando e regulamentando os corpos. Com este dispositivo de dominação, “o sexo (com seus misteriosos desejos, com sua fisiologia complexa, com suas aberrações assustadoras) se tornou uma instância privilegiada de determinação da verdade mais íntima dos sujeitos e de sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade” (César, 2017, p. 244). Este movimento fez com que classificações psiquiátricas da sexualidade tomassem força, estigmatizando as identidades dissidentes e colocando-as na marginalidade, principalmente quando existem outros atravessamentos de classe social, raça e etnia, geração, enfim, de outras categorias que padecem da violência estrutural (Ayouch, 2015; Cassal et al., 2011).

Para Butler (2015), às normas recorrem a esquemas variáveis de inteligibilidade e operam de forma a tornar certos sujeitos pessoas “reconhecíveis” e outros difíceis de se reconhecer. A condição que torna um sujeito inteligível é este sujeito manter uma “relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 37). Isso significa dizer

que a matriz da inteligibilidade da nossa sociedade é a cis heterossexual, consequentemente situando as identidades dissidentes em zonas de abjeção.

Porchat (2015) utilizou o conceito de abjeto para pensar a exclusão das identidades dissidentes fora e dentro da psicanálise, sendo o abjeto aquilo que se tem repulsa e que não se quer ver em si. As sexualidades e sexuações não-binárias, desta forma, acabam por ser constituídas como um “outro” inferior e ameaçador ao grupo majoritário, além de serem reconhecidas como menos humanas ou não humanas e terem seus corpos considerados ilegíveis, irreconhecíveis ou impossíveis, sendo excluídas de formas de vida viáveis (Ayouch, 2019).

“Durante décadas, uma abundante literatura psicanalítica tem abordado as homossexualidades, as transidentidades, os posicionamentos de sexualidade e sexuação não-heterocêntricos e as reorganizações supostamente patogênicas da família, com um propósito nosográfico e etiológico” (Ayouch, 2019, p. 11). Entende-se, neste sentido, que há uma urgência de que os psicanalistas se deixem interrogar em sua teoria e técnica para que não sigam corroborando com a manutenção da cis heteronormatividade e, consequentemente, com as patologizações dos sujeitos LGBTQIA+. É preciso abrir vias para a possibilidade de compreender as singularidades para além da normatividade social e da política da binaridade de gênero ou da universalidade da cultura, como expôs o psicanalista Thamy Ayouch (2019).

Instigada por este movimento psicanalítico em torno das identidades dissidentes, a proposta e importância deste trabalho surge da necessidade de refletir sobre as particularidades da “experiência LGBTQIA+” e da não escuta e do não reconhecimento destas particularidades por parte de alguns analistas, em decorrência de levarem em conta apenas o aspecto da singularidade (Reitter, 2021). Portanto, para dialogar com as minhas inquietações em torno desta temática, me aproximei das concepções sobre o trauma de Sándor Ferenczi, psicanalista que tratou do tema do reconhecimento pelo seu avesso, o desmentido. “Considerar o reconhecimento como o avesso do desmentido implica dizer que efeitos traumáticos podem ocorrer quando alguém não é reconhecido na sua condição de sujeito” (Reis & Gondar, 2017, p. 215).

Em seus escritos, Ferenczi, o chamado *enfant terrible* da psicanálise, descreveu um modelo do traumático envolvendo três personagens e que ocorreria em dois tempos. Em um primeiro momento ocorreria um choque inesperado, a violência, que marcaria o psiquismo da criança por conta de sua intensidade, duração e efeito de surpresa. Após os abusos ocorridos, o agressor, sentindo-se culpado, passaria a se comportar como se nada tivesse acontecido entre ele e a criança. Assim, buscando dar algum sentido para o que lhe passou, a criança procuraria ajuda junto a uma segunda pessoa de confiança, posição geralmente ocupada pela figura da mãe. Esta outra figura de confiança, por sua vez, não suporta o que a criança está lhe dizendo e se nega a cumprir o papel de testemunha e intérprete que lhe está sendo solicitado, desmentindo a suspeita infantil e tomando-a como uma mera fabulação, desqualificando assim o sentimento da criança e o seu modo de ver o mundo e de significá-lo (Avelar, 2013; Ferenczi, 1932; Reis & Gondar, 2017; Vieira & Kupermann, 2018).

O psicanalista húngaro demonstrou que o fator que determinaria se um evento traumático poderá ser simbolizado e introjetado ou se terá um efeito desagregador no psiquismo, tornando-se patogênico, é o sujeito ter ou não a validação perceptiva e afetiva da violência sofrida (Bernstein et al., 2018). Tais análises de Ferenczi sobre o trauma causado pela hipocrisia dos adultos perante as crianças, expostas acima, se estenderam também para os pacientes trau-

matizados pela hipocrisia profissional do analista, uma vez que a assimetria existente entre os adultos e a criança repete-se na relação analista-analisando; assim como para o campo social, visto que há uma repetição da combinação mortífera de violência e descrédito e uma mesma vivência de aniquilamento em sujeitos traumatizados pelo não reconhecimento da violência social que sofreram (Dupont, 1990; Reis & Gondar, 2017; Vitorello, 2019).

Assim, o presente trabalho irá extrapolar o conceito de desmentido das análises feitas por Ferenczi, se propondo a refletir a ocorrência de desmentidos na escuta das violências sofridas pelos sujeitos das dissidências sexuais e de gênero dentro da clínica psicanalítica.

Método

O presente trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa elaborada para fins de reflexão teórica sobre o tema dos desmentidos que são produzidos dentro da clínica psicanalítica na escuta dos sujeitos das dissidências sexuais e de gênero. Segundo Minayo (2006):

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (p. 57).

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos textos Ferenczi- nos “Elasticidade da técnica psicanalítica” (1928) e “A confusão de línguas entre os adultos e as crianças” (1932), em livros e em produções científicas constantes nas bases de dados SciELO, Pepsic, Periódicos.

Quanto à realização da coleta dos dados, foram utilizadas as seguintes palavras-chave acerca do tema: elasticidade da técnica; desmentido; trauma; LGBT; violência; dissidências sexuais e de gênero; Psicanálise; Ferenczi. Os materiais resultantes desta coleta de dados passaram por uma primeira checagem, a fim de identificar se seu conteúdo versava sobre o tema escolhido para análise neste trabalho. Para tal, os materiais selecionados foram lidos e auxiliaram na produção de categorias de análise definidas à priori. Por fim, os dados coletados serão apresentados e discutidos à luz da teoria nos tópicos seguintes.

Tempo do Indizível: violências contra as identidades dissidentes

No primeiro tempo do trauma de Ferenczi, que Vieira e Kuperman (2018) nomearam de tempo do indizível, o choque inesperado promove uma “aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa de si mesmo” (Ferenczi, 1934/2011, p. 125). Este acontecimento extraordinário, a violência, tem vias de ocorrer, principalmente, por existir uma assimetria na relação entre os adultos e a criança, na qual a criança encontra-se sem condições de se mobilizar para reagir e protestar perante a força e autoridade esmagadora dos adultos (Ferenczi, 1932; Kveller, 2017).

O que confere ao adulto o poder de violar a criança é exatamente a relação de poder e de dependência existente entre ambos e o lugar que cada

um ocupa dentro desta relação. Neste sentido, considerando a dependência que o sujeito tem de certas condições histórico-sociais e de relações de poder, percebem-se as violações contra a população LGBTQIA+, sujeitos que fazem parte de um grupo minoritário, socialmente desprotegido e agredido de forma bastante violenta, ocorrendo em uma lógica bastante similar (Reis & Gondar, 2017; Serra, 2019).

Judith Butler (2015) afirmou que a todos nós são atribuídos gêneros ou categorias sociais contra a nossa vontade e que essas categorias são o que nos conferem inteligibilidade ou condição de sermos reconhecidos, assim como também comunicam quais os riscos sociais da não inteligibilidade ou da inteligibilidade parcial. Não estando em conformidade com os ideais cis heteronormativos que lhes foram socialmente atribuídos, os sujeitos LGBTQIA+ são alvos específicos de violência justamente por habitarem zonas de abjeção (Kveller, 2017).

Pensando nos modos de sofrer que originam da falta de inteligibilidade, o psicanalista Jorge Reitter (2021) cunhou o termo “experiência gay” para se referir a experiência que um sujeito homossexual passa somente por conta de sua sexualidade, independentemente de sua estrutura clínica ou qualquer outra consideração subjetiva que possa ser feita ao seu respeito. Assim, no presente trabalho, será ampliada a ideia do autor para abarcar todas as dissidências sexuais e de gênero e será renomeada como “experiência LGBTQIA+”. Mas o que seria, então, esta experiência?

A experiência LGBTQIA+ engloba modos de sofrimento específicos que os sujeitos das dissidências sexuais e de gênero vivenciam somente por seus corpos, identidades e desejos não estarem em conformidade com o patriarcado e com a cis heteronormatividade, tais como o armário, o preconceito, o insulto e a violência (Kveller, 2017; Reitter, 2021; Tajer, 2022). Há uma ordem sexual heteronormativa que autoriza a marginalização e a inferiorização destes corpos e, devido a isso, há uma ameaça de ofensa, de violência, de morte e/ou de negação de direitos que vai sempre circundar estas existências, e que está também presente dentro dos consultórios psicanalíticos na relação assimétrica entre analista e analisando.

Isso significa dizer que não somos todos expostos às mesmas vulnerabilidades. Reis e Gondar (2017) propõe que, em Ferenczi, a vulnerabilidade da criança se dá *na* relação com o outro, não havendo uma vulnerabilidade em *si mesma* (grifos da autora). Dessa forma, a autora chama a atenção para o quanto o sujeito depende de um reassuramento constante por parte de um outro e que é justamente essa vulnerabilidade que precisa de reconhecimento.

Em contrapartida ao necessário reconhecimento da vulnerabilidade, tem-se uma visível confusão de línguas que se dá entre a Psicanálise e os sujeitos das dissidências sexuais e de gênero quando aquela pretende universalizar as suas ferramentas teórico-técnicas, submetendo os analisandos a uma escuta calcada em critérios majoritários. Quando não se indaga como o universal é construído na produção de saberes e a partir de qual lugar ele opera, recusa-se a vulnerabilidade a que estes sujeitos estão expostos (Canavêz & Vertzman, 2021). “O trauma, por esse ângulo, deixa de ser uma patologia exclusivamente clínica para ser entendido como um fenômeno complexo, em que se encontram as dimensões da subjetividade, da cultura, do direito e da política institucional” (Kveller, 2017, p. 7).

Tempo do testemunho: a busca por um “psi safe”

O tempo do testemunho é o momento decisivo que, após a violência sofrida, definirá a existência ou não de um tempo do desmentido. Na leitura Ferencziana, o tempo do testemunho e o tempo do desmentido são entendidos, em conjunto, como o segundo tempo do trauma. Entretanto, irei separar este segundo tempo em dois momentos distintos, como fizeram Bartholomeu Vieira e Daniel Kuperman (2018) e conforme a estrutura deste artigo, para enfatizar que haveria a possibilidade de o sujeito ser socorrido depois do choque caso houvesse alguém que testemunhasse a realidade traumática (Ferenczi, 1932; Vieira & Kuperman, 2018; Kveller, 2017).

Quando se fala em testemunho, na clínica do traumático, não significa o ato de fazer uma declaração como testemunha de ter visto, ouvido ou conhecido um fato; fala-se em um testemunhar, da parte do analista, que ao colocar-se no diapasão do paciente, sentindo com ele todos os seus afetos, abre a possibilidade da instauração de um espaço potencial no qual o sujeito será não só acolhido e contido em sua narrativa, mas, primordialmente, reconhecido (Ferenczi, 1928/2011; Gondar & Antonello, 2016). O diapasão da confiança faz com que analista e analisando entrem em sintonia afetiva, fazendo com que o analista saia de sua zona técnica e teórica de domínio,

O diapasão torna plausível uma experiência singular da clínica ao fazer com que o analista assuma, “na arte do sentir com”, o risco de engendrar afetivamente as oportunidades de evocação de uma experiência singular, colocando em xeque a sua posição de poder (Maciel Jr. & Ledo, 2018, p. 213).

O termo “psi safe” surgiu há uma década, na França, quando diversas pessoas passaram a publicar anúncios buscando profissionais, que nomearam como “psi safe”, para atender vítimas de violências sexuais e sujeitos cujas identidades e orientações são consideradas marginalizadas e que sofriam discriminações específicas (Santos & Polverel, 2016). Neste ponto, acredito ser importante frisar que entendo ser compreensível que muitos que terão contato com este material se questionem quanto ao apelo por um “psi safe”, uma vez que, não seria o *setting* analítico, por si só, um ambiente seguro e de acolhimento para qualquer analisando? E, ademais, não teriam todos os analistas plenas capacidades para escutar os sujeitos LGBTQs que chegam à clínica?

A resposta que lhes darei para esses questionamentos é que não, afinal, se há uma demanda por “psicanalistas seguros”, é porque há, por parte destes sujeitos que os buscam, uma desconfiança de que nem todo o analista será capaz de ter uma escuta flutuante não cis-heteronormativa, que não seja ensurdecida para as especificidades envolvidas no laço, para poder exercer a função de testemunha que lhe é solicitada (Santos & Polverel, 2016; Barbosa, 2022). Não tenho a intenção de com isso dizer que uma grande parte dos analistas são “LGBTfóbicos”, embora alguns realmente o sejam; e também refuto a ideia de que, para ser um “psi safe”, o analista precisaria ele próprio fazer parte da comunidade LGBTQIA+.

Um “psi safe” seria, na verdade, aquele que compartilha da certeza de que os sujeitos LGBTQIA+ sofrem de um tipo de violência específica, própria ao grupo ao qual foram designados, que precisa ser levada em conta e reconhecida no processo de análise (Santos & Polverel, 2016; Stona, 2020). Supor um analista seguro, significa supor um analista que não retraumatize o sujeito

pela falta de legitimação, “supor um analista avisado de que determinadas discriminações, preconceitos, violências não são apenas elementos acessórios daquela experiência subjetiva, mas elementos fundantes, estruturais” (Barbosa, 2022, p. 5).

Maciel Jr. e Novaes (2018) lembram que Ferenczi postulou a importância de que o analista esteja aberto às multiplicidades de questões encontradas no processo clínico, valorizando, assim, o acontecimento na clínica e “situando-o na contingência do encontro que acontece em análise” (p. 139). Tal postura do analista abre a possibilidade para uma construção que se dará a partir do sujeito, e não o contrário, quando os analistas tentam provar suas conceituações teóricas no analisando, impondo a sua linguagem a ele.

Tempo do desmentido: a recusa do reconhecimento

No tempo do desmentido, após sofrer a violência, o sujeito recorre a um outro, em quem acredita poder confiar, em busca de ajuda para situar simbolicamente a experiência disruptiva que acabará de viver; e é, neste momento, que ocorre o fracasso do reconhecimento (Vieira & Kuperman, 2018; Kveller, 2017).

O que acontece é que uma grande maioria dos analisandos LGBTQIA+ que chegam em sofrimento para os consultórios psicanalíticos buscando por um “psi safe”, não estão buscando por analistas que os guiem por um caminho da “saúdável cis heterossexualidade”, que propõe a psicanálise, tampouco sofrem por serem gays, lésbicas, bissexuais, trans, etc., mas sim pelas violências que estão submetidos por o serem. Chegam ao consultório acreditando estar de encontro com alguém que possam confiar para testemunhar tais sofrimentos sociais, entretanto, muitas vezes se deparam com psicanalistas que não estão em condições de escutá-los (Reitter, 2021).

Há certos profissionais, por um lado, que encontram conforto em imaginar que o único aspecto que conta para a psicanálise é o da singularidade, o caso a caso, minimizando a relação de dependência que o sujeito tem com a cultura e a posição que este ocupa dentro das relações de poder dessa cultura (Canavêz & Vertzman, 2021; Reitter, 2021). Assim, dissipam-se “hierarquias, identidades, pertencimentos imaginários a grupos, formas de gozar, entre inúmeros outros fatores que prendem o sujeito a vínculos de menor plasticidade psíquica em comparação com um potencial e limitada liberdade que a cura psicanalítica poderia proporcionar” (Canavêz & Vertzman, 2021, p. 3). Já outros, aferrando-se a uma teoria ou uma técnica, recebem as orientações sexuais e identidades de gênero não cis heteronormativas lendo-as como psicopatologias e desconsideram as especificidades da experiência LGBTQIA+.

Para demonstrar o quão perigosa pode se tornar a utilização da psicanálise, quando não consegue escutar estas identidades “como diversidade e não como patologia, perversão, desvio ou déficit” (Reitter, 2021, p. 37), trago como exemplo um recorte extraído de uma gravação de voz, que recentemente circulou nas redes sociais, feita por uma psicóloga que se intitula como psicanalista, no qual faz um uso violento de seu lugar de poder e da teoria psicanalítica para reforçar a normativa cis heterossexual:

O tipo de estrutura psíquica que vem dando esses experimentos da Butler com os LGBTQIA+ são um tipo chamado, em psicanálise, de perversos polimorfos. Os perversos polimorfos ficam com uma

falha cognitiva, como se fossem eternas crianças, eles não crescem cognitivamente, eles ficam frágeis e infantilizados. (...) Outra coisa que está acontecendo muito é isso de colocar criança como trans. As crianças, elas estão em tempo de estruturação, então não existe crianças trans, mas dentro dessa ideologia de gênero aí, eles estão já dando hormônio para crianças pequenas antes de começar a puberdade para alterar o que seria o desenvolvimento endócrino normal (informação verbal, acervo da autora).

Gozando de seu lugar de suposto saber, a profissional dissimula o conceito psicanalítico de perverso polimorfismo em uma tentativa de estigmatizar e patologizar os sujeitos LGBTQIA+, colocando-os de fora do que poderia ser considerado sadio. É demasiadamente preocupante imaginar que é este olhar psicopatologizante que atende mensalmente “uma média de 400/500 crianças” (informação oral) em um ambulatório aberto à comunidade de Porto Alegre. Questiono, portanto, como seriam recebidas as infâncias trans dentro deste consultório?

Teríamos analisando que, ao invés de serem “abrigados como infâncias possíveis” (Tajer, 2022, p. 82) por sua terapeuta, teriam suas identidades empurradas de volta para o “armário”, para que seguissem por caminhos cis heterossexuais compulsórios, gerando-lhes ansiedades, depressões e angústias específicas (Reitter, 2021; Tajer, 2022). Tem-se, portanto, uma manifestação clara de quando a clínica psicanalítica se torna um dispositivo de violência. Quanto a isso, Thamy Ayouch (2016) afirma que,

A violência tem sido:

- Clínica, na arbitrariedade dos protocolos, na exigência da restauração de uma conformidade binária de gênero após as transições, ou na obstinação em dissuadir os pacientes de qualquer transição, considerada como resposta louca a uma demanda louca;
- Teórica, já que a abundante literatura psicanalítica sobre “o transexualismo” padece de uma grande hetero e cisnormatividade e de uma despreocupação alarmante da realidade histórica e clínica;
- Ética, na imposição da normatividade de “experts” psi que nunca interrogaram a sua massiva contratransferência (p. 3).

Daniel Kveller (2017) afirmou que não seria somente o descrédito explícito, ou seja, negar ao sujeito que algo lhe passou, uma atitude produtora de desmentidos; mas que também “a incompreensão, a culpabilização ou mesmo o silêncio, dessa forma, seriam afirmações denegativas que colocariam em xeque não apenas a veracidade do evento, mas a própria condição de sujeito — daí advém seu caráter patógeno” (p. 5-6). A hipocrisia profissional do analista, conceituada por Ferenczi (1932), quando convida o analisando a fazer suas associações, prometendo escutar-lhe com atenção e dedicar-se ao seu bem-estar, mas deixa escapar de sua escuta aspectos importantíssimos da experiência LGBTQIA+ ou age com frieza, indiferença e insensibilidade perante a legitimação que lhe está sendo solicitado, transforma a sessão de análise em uma nova repetição do trauma.

O analista, que deveria ser capaz de sensibilizar-se e agir no sentido de uma afirmação da realidade, servindo como testemunha, acaba por desmentir o sujeito e o faz de “uma forma absolutamente categórica e unívoca” (Pinheiro & Viana, 2018), desautorizando não só os afetos e o sofrimento do sujeito, mas o próprio sujeito. A vivência do desmentido é aniquiladora para o psiquismo (Maciel Jr & Novaes, 2018).

Considerações Finais

O presente trabalho, de caráter bibliográfico, se propôs a pensar sobre a ocorrência de desmentidos na escuta das dissidências sexuais e de gênero, visando contribuir para a quebra de uma clínica violenta. Para atingir tal objetivo, foi extrapolado o conceito de Sándor Ferenczi de desmentido das análises feitas pelo autor, devido ao entendimento de que este se faz muito atual e necessário para o cenário psicanalítico contemporâneo, ao tratarmos dos efeitos traumáticos resultantes da falta de reconhecimento na escuta de sujeitos alterizados.

Os resultados apontaram que há uma confusão de línguas entre a Psicanálise e as dissidências sexuais e de gênero — uma confusão violenta e traumática para o sujeito, quando aquela pretende se manter neutra e não situada, apagando os recortes da violência cultural que estão presentes no cotidiano e os predicados que situam o lugar de onde o analista exerce a sua escuta e de onde o analisando das dissidências sexuais e de gênero fala (Canavêz & Vertzman, 2021). Há uma produção de violência que não acontece somente na ausência de reconhecimento da experiência traumática *a posteriori*. Esta violência está presente, *a priori*, na recusa de uma metapsicologia situada, que reconheça tais sujeitos fora de um propósito nosográfico e etiológico; e na recusa de sua vulnerabilidade dentro das relações de poder.

O movimento da busca por “*psi safe*” passou a ocorrer pelo entendimento, o qual compartilho, de que há uma negação por parte de muitos analistas das consequências biopolíticas e socioculturais que incidem sobre analisando que ocupam zonas de abjeção. “A história social e política é parte fundamental da organização psíquica desde o início” (Tajer, 2022, p. 104), entretanto, há uma surdez psicanalítica quanto a “experiência LGBTQIA+” como uma experiência que influencia na produção de subjetividade, na constituição do psiquismo e nos modos de sofrer.

Entende-se, portanto, que para estarem aptos para escutar certos sujeitos, os psicanalistas precisam sair do discurso de que não escutam cis ou trans, héteros ou gays, lésbicas e bissexuais, mas sim sujeitos, negando as consequências biopolíticas e socioculturais; para assumir que não reconhecer estas especificidades é estar se colocando ao lado da normativa cis heterossexual violenta. A hipocrisia profissional, para a qual Ferenczi (1932) alertou seus colegas e estudiosos, é traumática para o sujeito, às vezes até mais desestruturante do que os traumas que a precederam, e é muito provável que aquilo escape a escuta do analista e irá aniquilar a subjetividade do analisando, gerando-lhe mais culpa e mais repressão. O descuido com a realidade traumática vivida pelo analisando torna o analista cúmplice da opressão, perpetuando-a dentro de seu consultório.

Considerando o exposto até então, o presente artigo não buscou esgotar a discussão acerca de um tema tão atual, que se torna ainda mais complexo quando a orientação sexual e a identidade de gênero dissidentes se atravessam e são atravessadas por outras categorias que padecem da violência cultural e estrutural, como raça, etnia e geração. Por fim, reafirmo as ideias de Thamy

Ayouch (2022) de que o sujeito não é apolítico e que “dizer que a psicanálise não é política, também é político, mas em um sentido da normatização, da impossibilidade de mudança”² (informação verbal). É preciso que se exerça uma psicanálise situada, que se descentre a produção de saberes, que se tenha uma epistemologia do posicionamento. “A responsabilidade de nosso trabalho implica ocupar uma posição de um sujeito inscrito nas relações de poder, que leva em consideração de onde se fala e de onde se escuta”³.

Referências

- Avelar, A. (2013). *Trauma e prática clínica: um percurso entre Freud e Ferenczi*. UFRJ.
- Ayouch, T. (2015). Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso – Revista de Psicanálise*, 54, 23-32. https://hal.science/hal-01498414v1/file/P54_Artigo%20Ayouch-2.pdf.
- Ayouch, T. (2016). Quem tem medo dos saberes T. *Revista Periodicus*, 1(5), 3-6. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17171>.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Calligraphie.
- Barbosa, B. C. S. (2022). *Pede-se por analista “seguro”: questões de classe, raça e gênero no manejo transferencial*. Jornadas do Vox sobre o VIII Seminário de Lacan [apresentação oral], São Paulo, Brasil.
- Bernstein, M., Cerqueira, L., & Rudge, A. M. (2018). Pulsão de morte e teoria do trauma. In: A. Maciel Jr. (Org.). *Trauma e ternura: A ética em Sándor Ferenczi*. (1ª ed., pp. 37-45). 7 letras.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Civilização Brasileira.
- Cassal, L. C. B., Gonzalez, A. M. G., & Bicalho, P. P. G. (2012). Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. *Psico*, 42(4), 465-473. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8600>.
- Canavêz, F. & Vertzman, J. S. (2021). Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Revista de Psicologia*, 8. <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/49953/30783>.
- César, M. (2017). O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. *DoisPontos*, 14(1), 243-251. <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1.56551>.
- Drehmer, L. & Barros-Falcão, C. (2019). Para Além da Concepção Binária Cis-heteronormativa: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(3), 62-74. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228536>.
- Dupont, J. (1990). Prefácio. In: S. Ferenczi. *Diário Clínico* (1ª ed., pp. 11-27). Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1928/2011). *Obras Completas: Psicanálise IV* (2ª ed.). Editora WMF Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1932). *Obras Completas: Psicanálise IV*. Editora WMF Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1934/2011). *Obras Completas: Psicanálise IV*. Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade*. Edições Graal.
- Gondar, J. & Antonello, D. F. (2016). O analista como testemunha. *Psicologia USP*, 27(1), 16-23. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150010>.
- Krawczak, K. W. & Nielsson, J. G. (2018). *O dispositivo da sexualidade e a normalização dos corpos. Uma análise da situação de indivíduos transexuais a partir da obra de Michel Foucault*. VI Seminário Internacional de Direitos Humanos e Democracia, Ijuí, Brasil.
- Kveller, D. B. (2017). *O trauma como afeto político: articulações entre os estudos queer e a Psicanálise*. Seminário Internacional Fazendo Gênero [anais], Florianópolis, Brasil.
- Maciel Jr., A. & Novaes, T. C. F. (2018). Einfühlung: a arte do sentir com. In: A. Maciel Jr. (Org.). *Trauma e ternura: A ética em Sándor Ferenczi* (1ª ed., pp. 132-150). 7 letras.
- Maciel, Jr., A. & Ledo, E. (2018). Pensar a experiência traumática: a construção da verdade pela via da confiança. In: A. Maciel Jr. (Org.). *Trauma e ternura: A ética em Sándor Ferenczi* (1ª ed., pp. 213-234). 7 letras.
- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC.
- Pinheiro, T. & Viana, D. (2018). Trauma, descrédito e masoquismo em Ferenczi. In: A. Maciel Jr. *Trauma e ternura: A ética em Sándor Ferenczi*. (1ª ed., pp. 46-61). 7 letras.
- Porchat, P. (2015). Corpo, Gênero e Abjeção: Elementos para uma Psicanálise Queer. In: J. C. Bocchi & E. O. Castro. (Orgs.). *Psicanálise e sociedade hoje* (1ª ed., pp. 83-92). CRV.
- Reis, E. S. & Gondar, J. (2017). *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. 7 letras.
- Reitter, J. N. (2021). *Édipo Gay: Heteronormatividade e Psicanálise*. Zagodoni.
- Santos, B. & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna – Revista de Psicanálise*, 1. <https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>
- Serra, L. N. (2019). *A psicanálise e os crimes de ódio contra população LGBT*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Stona, J. (2020). *Ensaio para uma escuta não cisnormativa na psicanálise*. Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama. Realize Editora.
- Tajer, D. (2022). *Psicanálise para todxs: Por uma clínica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial*. Calligraphie Editora.
- Vieira, B. & Kupermann, D. (2018). Limites e atualidade da empatia. In: A. Maciel Jr. (Orgs.). *Trauma e ternura: A ética em Sándor Ferenczi* (1ª ed., pp. 151-172). 7 letras.
- Vitorello, D. M. (2019). Sándor Ferenczi e a análise entre duas crianças. *Cadernos de psicanálise*, 41(40), 121-136. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952019000100008&lng=pt&tlng=pt.

² Fala de Thamy Ayouch em aula ministrada no curso “Psicanálise e análise do contemporâneo” da Pós Graduação da PUCRS, em 04 de nov. de 2022.

³ IDEM.